



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 7

5.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 17 de junho de 2022

Aos dezassete dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís Miguel Casqueiro Romão, Albano Sousa Varela e Silva, Ricardo Jorge Palmeiro Romão, António Carreiras (em substituição de Rui Jorge Batista Martelo, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Maria da Conceição Barradas Grilo, Pedro Ranheta (em substituição de Adriano Manuel Alface Bailadeira, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Célia Maria da Silva Carreiro, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Maria Carvalho (em substituição de João Pedro Luís, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Amândio José Valente e Valente, Maria da Conceição Ceia Miranda, Artur Jorge Coelho Correia, Filipa Barroso Viegas, Ana Isabel da Costa Meira, Patrícia Cardoso (em substituição de Sara Maria Esteves Luís Sardinha, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Diogo Aragonês (em substituição de Ana Sofia Carita de Oliveira Miguéns, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Marco António Serra Antunes, Lúcia Oliveira (em substituição de João Paulo Carreço Brazão, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Rosa Pinheiro (em substituição de José Cordas Barradas, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), António Alegria (em substituição de Francisco Correia Tavares do Carmo Garcia, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Carla Lucinda Raposo Mocito, Célia de Jesus Soares, Marília Lacão (em representação de Luís Miguel Candeias Ricardo, nos termos da alínea c), do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99), Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Vera Barbas (em representação de Bruno José Marchão Calha, nos termos da alínea c), do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99), Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Nuno Bambulo (em representação de Raquel Alexandre Reizinho Carita Castelo, nos termos da alínea c), do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99).-----

O presidente da mesa, Luís Romão, cumprimentou todos os presentes na sala e deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas e quinze minutos. Foi verificada a existência de quórum.-----

Intervenção do público

Não houve intervenção do público. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Período antes da ordem do dia:

Recomendação – PS (Lúcia Oliveira) - Educação para a menstruação e acesso gratuito a produtos de higiene menstrual:

“O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Portalegre, reconhecendo o acesso à higiene menstrual como uma questão de saúde pública e um direito humano, apresenta nesta sessão ordinária uma proposta para a distribuição gratuita de produtos de higiene menstrual nas escolas secundárias do Concelho, bem como, a realização de campanhas de sensibilização, direcionadas para a educação menstrual.

A menstruação não é opcional, não é uma comodidade, e muito menos um capricho, é uma condição biológica, que afeta cerca de metade da população mundial, produzindo desigualdades e assimetrias no quadro social, económico e geográfico. Por outro lado, a pobreza menstrual, não é um assunto exclusivamente de quem menstrua, é um assunto de todos, afetando a sociedade no seu todo. Normalizar, e sobretudo, apoiar a menstruação é a melhor forma de mitigar as desigualdades.

Segundo um estudo realizado em 2020, numa amostra de 445 mulheres, 16,6% revelaram ter dificuldades económicas na aquisição de produtos de higiene. Este estudo realça que nenhuma das inquiridas pertenciam a uma amostra que revelasse carências económicas, podendo-se concluir que a pobreza menstrual é um problema transversal e estrutural na sociedade.

A Organização das Nações Unidas (ONU), estima que uma em cada dez meninas, faltam às aulas quando estão menstruadas por vários fatores, entre os quais, falta de condições sanitárias, ausência de produtos de higiene, e sentimento de humilhação. A pobreza menstrual coloca em risco a assiduidade e participação das adolescentes na escola. Sem produtos de higiene feminina, serão sempre demais as adolescentes confinadas, impossibilitadas de estudar em condições de igualdade. Por isso, atender às necessidades de higiene de todas as adolescentes é uma questão fundamental de direitos humanos, dignidade, e saúde pública.

A ausência de informação sobre a menstruação leva a equívocos, estigmas e discriminação prejudiciais, que impedem que jovens adolescentes, de sexo indiferenciado, tenham oportunidade de aprender sobre menstruação e desenvolver hábitos saudáveis.

Há muito a ser feito para combater a pobreza menstrual, mas, como em tudo na política, é preciso vontade para o fazer. Que haja essa vontade por parte de todos nós. A menstruação é uma condição que deve ser seriamente encarada pelo poder público e pelas políticas de saúde.

Dito isto, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal:

1. O desenvolvimento de campanhas de sensibilização, numa colaboração intersectorial em questões de género, entre o município de Portalegre, e as escolas secundárias Mouzinho da Silveira e São Lourenço, em parceria com institutos de saúde locais, de forma a combater o estigma e desinformação sobre o tema menstruação. Também as associações de estudantes, são um parceiro importante para a implementação deste ponto, devido à sua proximidade do público-alvo desta proposta, bem como a motivação, tendo vindo a ser implementadas medidas no sentido desta proposta, por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

parte das associações de estudantes do Concelho, que com os poucos recursos que têm disponíveis, contribuem para o combate da pobreza menstrual nas escolas secundárias do Concelho, o que comprova a necessidade de intervenção pública municipal.

2. A distribuição gratuita de kits reutilizáveis de produtos de higiene menstrual, compostos por pensos reutilizáveis e um copo menstrual, a todas as alunas das escolas secundárias do Concelho de Portalegre, entre o 7.º ano e o 12.º ano, no primeiro ano, e nos anos posteriores, unicamente ao 7.º ano. Os produtos de higiene menstrual reutilizáveis, têm uma duração prolongada, não exigindo um investimento anual, a título de exemplo um copo menstrual pode durar até 10 anos, e os pensos reutilizáveis, até 5 anos. O mundo está a afogar-se em substâncias de plástico, sendo os produtos de higiene feminina descartáveis um dos maiores produtores de lixo, é por isso, recomendável, sempre que possível, a exploração de produtos menstruais ecologicamente sustentáveis.

3. A disponibilização de produtos de higiene menstrual descartáveis, nas casas de banho femininas e indiferenciadas, das escolas secundárias do Concelho. A sustentabilidade é um privilégio que deve ser pesado, quando aplicado a situações de carência, em particular de falta de acesso a água potável e saneamento básico, podendo a ausência de lavagem e esterilização adequada dos produtos de higiene reutilizáveis, provocar complicações de saúde.

Com esta recomendação, vislumbramos um concelho onde cada jovem mulher possa aprender e proteger a sua própria saúde, sem ter barreiras desnecessárias a informações ou suprimentos durante a menstruação. Porque o acesso a produtos de higiene menstrual é um direito, de todas as jovens portalegrenses, e porque a dignidade menstrual não deve ser um privilégio no nosso município.”

Patrícia Cardoso, em nome do PSD-CDS, disse que o seu grupo político aprovava aquela recomendação, desde que os encargos com os kits e as ações de sensibilização fossem da responsabilidade do Ministério da Saúde.

Perguntou à autora da recomendação se teve acesso ao estudo mencionado na mesma e também qual a idade do público-alvo daquele estudo. -----

Lúcia Oliveira disse que a recomendação era para ser desenvolvida pelo município. Quanto ao financiamento, seria algo que o município teria de ponderar e estudar os apoios, juntamente com o conselho municipal, o IPDJ e todo um grupo alargado, relacionado com a juventude. Portanto, ao município é que competia verificar que é que iria investir.

Quanto à segunda questão, disse ter tido acesso ao estudo, o qual tinha uma margem alargada de idades. No entanto, foi feito entre o 7.º ano e o 12.º, por acharem que seriam os que tinham condições para aquele tipo de projeto. -----

Patrícia Cardoso salientou que também tinham tido acesso ao estudo em causa e que o mesmo retratava um universo de mulheres, dos 25 aos 44 anos. Portanto, questionava o porquê daquela recomendação. -----

Albano Silva chamou a atenção para o facto de se tratar duma recomendação e não duma proposta. Portanto, deveria ser tida em conta para quando o executivo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

convocasse o Conselho Municipal de Educação ou o da Juventude, ou até mesmo na preparação das reuniões com os diretores das escolas. A questão ia no sentido de encontrar formas de resolver o problema. Portanto, era fundamental pensar-se em conjunto na melhor solução. Na sua opinião, o que estava ali em causa era o estudo estar apoiado académica e cientificamente e, claro, apoiado em valores democráticos. Concluiu, dizendo que o estilo e o tom da proposta era consensual e convidou os membros a aceitarem aquela recomendação, no sentido que a mesma pudesse vir a fazer o seu caminho, melhorando as condições de vida do que era, atualmente, considerado como um conceito, na área da saúde e que era o conceito de pobreza menstrual.

Relativamente à moção, referiu que devia ser acrescentada a Escola José Régio, pois também tinha 3.º ciclo, o qual já estava incluído naquelas preocupações. -----

Ricardo Romão disse que o seu grupo político não se obstava à proposta. Apenas lamentava que propostas como aquela, que apareciam em Assembleias Municipais, lhes restava apenas assinalar que os temas careciam de falhas nacionais, as quais deveriam ser acauteladas e ter eco naqueles órgãos. -----

Amândio Valente disse que a CDU também acompanhava a moção do PS e agradeceu a clarificação do professor Albano, que lhe pareceu pertinente, pois tratava-se de uma recomendação que tinha uma base académica estudada e tinha uma proposta política que resultava da mesma. Eram, já de si, duas condições importantes que enriqueciam o debate. -----

Moção – CDU (Amândio Valente)

“As recentes notícias do encerramento dos Internatos Distritais de Santo António e de Nossa Senhora da Conceição representam mais uma perda irreparável no tecido da economia social de Portalegre, com prejuízo para os jovens institucionalizados, para com os, aproximadamente, 30 trabalhadores das duas instituições e para a economia social de Portalegre.

Ambos os internatos são instituições seculares de Portalegre e representam casos de sucesso na tradição solidária e de inclusão de Portalegre, tendo permitido reestruturar as vidas de centenas de jovens que ali foram institucionalizados ao longo dos anos, sempre em perfeita simbiose com a comunidade e os contextos escolares e profissionais de cada jovem residente.

E se é certo que a inesperada privatização ocorrida em 2014, introduziu fatores de distorção na gestão dos internatos distritais, avolumando problemas, a verdade é que esta resposta social continuava a ser incontornável na integração de jovens e no exercício da responsabilidade do Estado, e instituições que com ele colaboram, para com os jovens que por diversos motivos são retirados dos contextos familiares.

É, assim, inaceitável este encerramento anunciado sem aviso prévio e sem esgotar todas as possibilidades de viabilização destas respostas sociais.

Termos em que a Assembleia Municipal de Portalegre, reunida em 17 de junho de 2022, exorta a Presidente da Câmara Municipal de Portalegre a mobilizar todos os instrumentos ao seu dispor, no sentido de reverter esta decisão de encerramento dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Internatos Distritais de Santo António e de Nossa Senhora da Conceição, promovendo o seu regresso à esfera do Estado, envolvendo todas as entidades que com ele colaboram e contribuindo para a continuidade da resposta inclusiva e solidária que sempre orgulhou Portalegre e os portalegrenses.”

Albano Silva disse que aquela moção precisava de ser enquadrada com o que lhe parecia ter acontecido: a Santa Casa da Misericórdia de Portalegre denunciou o acordo de colaboração que tinha, desde 2014, com dois argumentos, um técnico e um financeiro. Parecia-lhe que a própria mesa do conselho de administração se contrariou, aquando das declarações fritas à TSF.

Portanto, bem ou mal, o Estado não desenvolvia nem geria respostas sociais, desde 2014. Fazia sim acordos de colaboração para a gestão das IPSS e, na maior parte dos casos, também por concurso. Atualmente, cabia ao Estado a tutela e não a gestão. No entanto, cabia também a criação das condições para a gestão daquelas e de outras instituições sociais, bem como na atribuição de participações financeiras para viabilizar os acordos de cooperação.

Contudo, naquele caso concreto, sublinhou que por se ter cessado o acordo de colaboração não seria por tal que cessava a resposta social. Não era por acaso que o acordo do internato feminino só cessava no dia 01 de setembro.

O seu grupo acreditava que estaria a ser trabalhada uma solução para os internatos, por forma a manterem, em Portalegre, aquela oferta social tão relevante. No entanto, sabiam que se estava a mexer em assuntos de grande complexidade, que envolviam a vida, presente e futura, de 26 jovens. Esperavam que nos próximos dias tivessem boas notícias.

O seu grupo político não podia estar de acordo com dois aspetos que foram referidos: em primeiro, com a perspetiva expressa de que não estavam a ser trabalhadas novas possibilidades para viabilizar aquela resposta social, pois a moção dava a entender que estaria tudo terminado, sem nada a fazer; por outro lado, não estavam de acordo com o regresso à esfera do Estado, não por uma questão ideológica, mas sim jurídica.

Portanto, o PS não iria inviabilizar a votação da moção, acreditando que estaria resolvida a situação dentro de pouco tempo, e que ficariam em melhores condições do que estava anteriormente. -----

Ricardo Romão disse que a moção em causa apresentava várias questões. Na questão central, a CLIP era, obviamente, solidária com a mesma. Outra das questões era a da entrega da gestão daquelas entidades à Misericórdia de Portalegre.

Pela moção em si percebia-se que o que se propunha era a inversão da situação. Tratava-se também de uma decisão política, obviamente. Outra das questões era a denúncia do acordo, por parte da Misericórdia de Portalegre, que foi unilateral.

Portanto, não duvidavam que as razões pudessem ser válidas e não se iriam pronunciar sobre tal. Por outro lado, a posição da Misericórdia de Portalegre, apesar do problema que gerou, tinha uma virtude: pôs todos a olhar para aquele assunto e podia ser uma oportunidade para repensar o papel daquelas duas casas e o seu futuro.

A CLIP queria acreditar que as entidades responsáveis fariam tudo ao seu alcance para acautelar a situação e para ficar melhor do que estava.

Por último, referiu que não conheciam bem o processo por dentro e, quer do lado da Segurança Social, quer do lado das entidades que tinham acompanhado o processo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

soube-se que havia três entidades disponíveis para assumirem a responsabilidade e para que permaneçam em Portalegre.-----

Moção – PSD/PSD – CDS/PP (Filipa Viegas) - Contra o encerramento da urgência de obstetrícia e ginecologia do Hospital Dr. José Maria Grande, em Portalegre:

“O distrito de Portalegre confrontou-se – mais uma vez – com o encerramento da Urgência de Obstetrícia e Ginecologia do Hospital Dr. José Maria Grande, em Portalegre, entre as 5.00H de quarta-feira - 15 de junho - e as 8.00H de sexta-feira, 17 de junho.

Segundo a ULSNA/EPE, esta situação resulta da falta de profissionais de saúde qualificados na área, não havendo condições para assegurar este serviço.

No último ano, têm vindo a aumentar os obstáculos no acesso ao serviço de obstetrícia e ginecologia e assistimos agora ao encerramento temporário de salas de parto e urgências de obstetrícia em muitas maternidades, bem como de inúmeras outras especialidades por todo o país.

Fazemos notar que o Hospital de Portalegre é a única unidade hospitalar em todo o território do Alto Alentejo que dispõe do serviço de obstetrícia e ginecologia, não havendo outras valências que assegurem esta urgência neste vastíssimo território, nem sequer no setor privado.

É por demais evidente que esta situação empurra as grávidas e parturientes do distrito para uma situação de perigo objetivo, numa eventual situação de emergência.

Uma mulher grávida, perante uma ocorrência, tem que ser transportada cerca de 100 km para chegar ao Hospital de Évora e, em alguns casos, mais de 100 km, pelas nossas estradas do interior que – bem sabemos – muitas delas não oferecem as mínimas condições de segurança para uma marcha de urgência.

A este problema acresce outro também de extrema gravidade: os meios de socorro afetos a estas deslocações ficam retidos horas no hospital de destino, o que agrava sobremaneira a situação dos constrangimentos ao nível do socorro.

Consideramos esta situação vergonhosa e indefensável e, enquanto representantes na Assembleia Municipal, eleitos pelo Concelho de Portalegre, não podemos deixar de assinalar e exigir da parte do governo uma resposta séria, urgente e adequada à resolução dos problemas que se verificam um pouco por todo o país.

Não basta a Sra. Ministra afirmar que não haverá nenhuma perturbação no normal atendimento às grávidas. Não tranquiliza ninguém afirmar que as maternidades estão a funcionar normalmente, apenas com as habituais dificuldades de recursos humanos. Pelo contrário. Ouvir declarações destas é deveras preocupante.

Para o PSD de Portalegre não há lugar a dúvida: a inação e a inércia do governo perante os problemas identificados têm conduzido a uma degradação cada vez mais evidente da capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde.

É claríssimo que, no cerne deste problema, está o enorme desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde por parte do governo.

Este desinvestimento tem levado a uma escassez de recursos humanos cada vez mais grave e está a provocar enormes constrangimentos e debilidades nos serviços, comprometendo objetivamente o socorro às populações.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Consideramos que é absolutamente urgente e necessária a contratação imediata de mais profissionais de saúde, designadamente médicos, enfermeiros e assistentes operacionais, bem como a sua valorização profissional e remuneratória, estancando a fuga para o privado e tornando o Sistema Nacional de Saúde atrativo a novas contratações.

Caso contrário, se o atual governo continuar a ignorar a realidade no terreno, sem encetar uma resposta séria aos problemas, podemos nos confrontar a curto prazo com um Sistema Nacional de Saúde totalmente inoperacional, sem conseguir dar resposta aos utentes e garantir equidade no acesso à saúde a todos os portugueses sem exceção.

Importa ainda dizer que o acesso à Saúde é um dos fatores mais importantes para a fixação de pessoas numa região e, desta forma, o território do Alto Alentejo, está cada vez mais em clara desvantagem.

É nossa convicção que é necessária uma união forte de todos nós – utentes do Sistema Nacional de Saúde – na exigência que deve ser feita ao governo para a execução de políticas que respondam aos problemas com que a saúde se depara atualmente em Portugal.

Assim, apelamos a esta Assembleia Municipal que se una à Moção ora apresentada contra o encerramento da urgência de obstetrícia e de ginecologia - ou de quaisquer outras valências do Hospital Dr. José Maria Grande - pois só assim é objetivamente possível garantir verdadeiros cuidados de saúde a quem deles precise.”

Raúl Cordeiro disse que sendo aquela moção subscrita pelo PSD e pelo CDS, mas apenas assinada pelo PSD, confirmava-se que tinha por mentor o professor Cavaco Silva, o qual nunca tinha dúvidas e raramente se enganava. Pelos vistos o PSD também nunca tinha dúvidas e afirmavam na moção algo em que tinham certezas absolutas.

Apesar de tudo, sublinhou que o tema era importante ser ali debatido e se ele próprio estivesse do lado do PSD gostaria que aquele grupo tivesse levado àquela Assembleia uma moção sobre o encerramento da obstetrícia e ginecologia do Hospital, mas no sentido de responsabilizar a presidente da Câmara a defender os interesses dos cidadãos junto das instâncias do serviço nacional de saúde.

No entanto, o que ali estava era uma moção a apontar o dedo à ministra da saúde e, objetivamente, ao PS. Como tal, não iriam contar com o apoio do seu grupo, naquela moção e com aquele teor.

Mais disse que, efetivamente, havia problemas estruturais no SNS. Mas também se sabia que havia uma nova lei de bases no SNS, aprovada em 2019, que o governo ainda não conseguiu por em prática, por várias vicissitudes. Acrescentou que havia uma direção executiva do SNS que tinha por objetivo rever a organização daquele serviço. Também se sabia que havia muitas áreas sensíveis porque, objetivamente, não existem recursos médicos para todas.

Portanto, havia uma equação que todos deveriam fazer: melhorar as condições remuneratórias de todos os profissionais de saúde. Era preciso pensar-se numa forma integrada no SNS. Sublinhou que, atualmente, quando os profissionais de saúde começam a trabalhar, depois de terminarem a sua especialidade, em zonas carenciadas, como era o distrito de Portalegre, tinham um vencimento base de 2.800,00€, tem 1.000,00€ por mês durante cinco anos e, no caso da ULSNA, já tinham situações em que a autarquia oferecia aos médicos uma habitação e, no entanto, vão-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

se buscar médicos a Aveiro e ao Porto. Entendia que aqueles valores eram muito pouco para os incentivar e precisava de se pagar mais para que o SNS não estivesse dependente de prestadores de serviços e tarefeiros.

Concluiu, dizendo que o PS não podia alinhar com estratégias de políticas ao estilo CMTV. Saliu que o PSD tinha votado, há 40 anos, contra o SNS, na Assembleia da República. Mais disse que gostaria que o PSD apresentasse uma moção em que emponderasse a presidente da Câmara Municipal para que, junto das instituições de saúde, defendesse os interesses dos munícipes, Havia pouca gente a querer ajudar na melhoria do SNS. Era preciso rever a rede de referência hospitalar e estar-se preparado para que a mesma não servisse para desvalorizar o Hospital de Portalegre.

Henrique Santinho disse que a intervenção do membro Raúl Cordeiro foi apenas em defesa do seu “convento”. O membro deveria saber que o problema da saúde em Portalegre não era somente pelo facto de ter fechado uma especialidade do Hospital de Portalegre. Era sabido por todos que as extensões de saúde nas freguesias do distrito deparavam-se com graves problemas e não era unicamente por falta de médicos. Algumas tinham médicos mas não tinham pessoal administrativo.

Deu o exemplo do que se passava na maior freguesia do concelho, onde algumas pessoas se deslocavam mais de três quilómetros para irem ao médico e quando chegavam ao centro de saúde tinham de ficar duas ou mais horas à espera para que lhes abrissem a porta. O problema da saúde em Portugal não era apenas por encerrar uma ou duas especialidades. Era bem mais complexo.

Lembrou ao membro Raúl Cordeiro que já se tinha deslocado ao seu serviço em busca de uma solução, o mesmo disse-lhe que iria resolver e, no final de contas, nada fez.

Os utentes continuavam sem serem devidamente atendidos.

Portanto, esperava que quem foi eleito pelo distrito de Portalegre, na Assembleia da República, zelasse pelos interesses da população de Portalegre, naquele sentido.-----

A presidente da Câmara cumprimentou os presentes e referiu que não tinha pensado intervir no âmbito das moções mas uma vez que o seu nome foi tão suscitado pelo membro Raúl Cordeiro, o qual só lhe faltou concluir que a culpa de o Hospital de Portalegre não estar a funcionar em pleno era da presidente da Câmara Municipal.

Sublinhou que o tom e a forma deselegante e arrogante com que o membro Raúl Cordeiro tinha intervindo, fazendo inclusive referências a pessoas que até já cá não estavam, que votaram na Assembleia da República, há 40 anos, o que era lamentável.

Disse ao membro Raúl Cordeiro que o mesmo estava a defender o seu vencimento ao final do mês e achava era a última pessoa que devia falar ali, com interesses próprios, naquela Assembleia Municipal. Saliu que o maior cego era o que não queria ver.

Concluiu, referindo que se tinha sentido ofendida com as palavras anteriormente ditas e se existiam problemas no Hospital José Maria Grande, a própria não tinha qualquer responsabilidade nos mesmos. Além de que tinha sempre demonstrado ao presidente do conselho de administração do Hospital a sua total disponibilidade para colaborar no que fosse possível.

Saliu que as declarações públicas foram do diretor do serviço de urgências, o qual assumiu na comunicação social que o serviço estava em risco de encerrar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Amândio Valente, relativamente à moção apresentada pelo PSD/CDS, disse que a questão da saúde, nas zonas do interior, era um problema de grande impacto junto das populações e comunicação social. Era sabido que não cabia à autarquia a sua resolução.

No entanto, estavam perante uma situação que tinha a ver com a qualidade de vida, no nosso território.

No entender da CDU, havia ali um investimento que tinha de ser feito, em dois planos e em simultâneo: um investimento de pressão local e, por outro lado, junto da tutela.

A CDU já tinha informado, a seu tempo, que o desinvestimento no SNS e a não contratação de profissionais levaria àquela situação. As urgências podiam ser encaradas como uma espécie localizada de parceria público privada e, no fundo, era importante saber quais eram as funções sociais do Estado, no âmbito da saúde.

O que se tinha passado, nos últimos dias, nas urgências em Portalegre, era uma espécie de PPP em que o Estado entregava uma prestação de serviços a que os privados, não tendo recurso, se desresponsabilizam da função social da saúde. Portanto, era importante separar as coisas.

Por último, referiu que, além do Ministério da Saúde, a presidente da Câmara Municipal de Portalegre poderia ter um papel determinante na pressão local, pela qualidade de vida dos portalegrenses e da região. -----

António Alegria disse que todas as forças ali representadas, embora com objetivos e ideologias diferentes, tinham por objetivo fazer bem e criar condições para as pessoas viverem melhor. Contudo, era já a segunda vez que se entrava ali nalgum exagero em esperava que todos fossem mais cordiais e educados.

A bancada do PSD era uma bancada jovem mas com caráter e vontade de mostrar ideias e era por isso que ali estavam. -----

Ricardo Romão disse que aquela era uma moção crítica e que não apresentava qualquer solução ou proposta. Era, basicamente, política e a CLIP gostaria que tivesse havido uma indicação de quais seriam as soluções eventuais. Achava que mesma foi feita numa forma que era a discussão do SNS. Podiam arranjar uma sessão específica para ali discutirem a questão ou, até mesmo, a Câmara Municipal podia promover uma proposta de discussão com os intervenientes do distrito, sobre aquele tema.

Mais referiu que aquela discussão iria entroncar num grave problema, sempre presente, que era o da interioridade. No interior nem serviços privados tinham para serem discutidos.

Perguntou à presidente da Câmara sobre qual era o papel que a Câmara Municipal podia ter naquele contexto, nomeadamente, facultando as melhores condições para aqueles que quisessem cá viver e fazer a sua atividade laboral, uma vez que a região continuava a ser das menos atrativas. Quais eram as preocupações que a autarquia tinha apresentado, bem como as soluções que a ULSNA e os representantes do Governo lhe tinham indicado para que o problema fosse melhorado. -----

A presidente da Câmara disse que tinha ali havido uma tentativa de a responsabilizarem, como era normal na política. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Albano Silva pediu um ponto de ordem à mesa e sublinhou que ninguém tinha atacado a presidente da Câmara. -----

O presidente da mesa disse para não entrarem em diálogo e disse quer todas as interpretações lhe pareciam legítimas e, ele próprio, fazia a sua interpretação, melhor ou pior. A sua função ali era diferente das funções dos outros membros e cabia-lhe a si zelar pela ordem na Assembleia Municipal e que quem estivesse no uso da palavra o fizesse sem ser interrompido, desde que não houvesse insultos e falta de educação. ---

A presidente da Câmara voltou a referir que tem estado ao lado da administração do Hospital e falado com o presidente do conselho, de forma cordial e demonstrado sempre a sua colaboração para ajudar no que fosse necessário.

Aquela moção, apresentada pela bancada do PSD não atingia, em parte alguma, o conselho de administração da ULSNA.

A questão era nacional e teria de ser resolvida pelo Governo e pela Ministra da Saúde. Foi ainda no anterior executivo que a autarquia já tinha disponibilizado uma habitação e, recentemente, foi disponibilizada outra, a qual já foi ocupada por um casal de médicos obstetras.

Salientou que não deixariam de pressionar o Governo, no sentido do problema poder ser ultrapassado. Contudo, não eram questões de rápida resolução. -----

Raúl Cordeiro lamentou que a presidente da Câmara se tivesse sentido ofendida, pois em momento algum foi essa a sua intenção. Quis deixar também claro que não falava ali na qualidade de vogal do conselho de administração da ULSNA, mas sim, na qualidade de membro do PS naquela Assembleia, além de que não podia, nem devia ser interpelado como vogal do conselho de administração, porque não estava mandatado para tal.

Salientou que era necessário saber separar o que era retórica política do que era ofensa ou algo do género. Entendia que não ofendeu ali ninguém.

Ainda em relação à moção em causa, esperava que a mesma fosse no sentido de empoderar a presidente da Câmara Municipal de Portalegre para influenciar junto das instâncias da saúde para que os cuidados no concelho fossem melhores. Portanto, jamais quis ofender alguém e solicitou ao presidente da mesa dissesse se, em momento algum, o próprio tinha ali ultrapassado algum limite. -----

O presidente da mesa disse que se tivesse achado que o membro Raúl Cordeiro estava a ser injurioso ter-lhe-ia chamado a atenção. Voltou a dizer que era legítimo outra pessoa ali presente ter uma interpretação diferente da sua.

Deu-se conhecimento aos membros do expediente recebido. -----

Ordem do dia:

1 – Informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Albano Silva disse que naquele relatório, em comparação com o anterior, dava para perceber que as suas propostas em relação ao movimento associativo, às estratégias para a valorização das tapeçarias, à centralidade a criar na Av.^a Francisco Fino e a valorização humana na zona industrial tinham caído em saco roto. Sentia que as propostas não foram tidas em conta, num relatório muito parecido ao de abril e, portanto, não valia a pena abordar aquelas questões.

Questionou a autarca relativamente a três aspetos que não viu expressos no relatório municipal que, pelos vistos, ainda não eram preocupação do executivo e que eram: para quando a discussão e renegociação dos termos dos contratos interadministrativos com as freguesias, já que tinha sido um compromisso assumido pela autarca; em segundo, o reforço das capacidades e recursos humanos e materiais para as juntas de freguesia, com particular ênfase para o caminho público de acesso à Casa da Urra, a qual recebeu recentemente um prémio a nível mundial como a melhor quinta rural, mas que tinha o acesso ao empreendimento num estado lamentável; em terceiro, para quando a renovação/manutenção dos parques infantis nas escolas rurais estava atrasada e os mesmos precisavam bastante, pois a sua utilização aumentava no tempo das férias escolares. -----

Diogo Aragonês disse que já estavam no quarto relatório da atividade municipal e o que se depreendia era que os mesmos tinham sido monótonos e parecidos aos anteriores, particularmente na área da juventude e desporto.

O PS já tinha apresentado, numa sessão anterior, a reativação do Conselho Municipal da Juventude, já tinha sido votada, mas estava a demorar algum tempo.

Referiu que tinham algumas dúvidas quanto à concessão de apoios a atividades de interesse municipal. No relatório constava apenas que estavam a efetuar contactos com dirigentes associativos, mas não sabiam com quem e em que parâmetros seriam atribuídos os apoios.

Entendia que a questão mais grave era o facto de não se conseguir olhar para o relatório e ver uma estratégia, em que se pudesse dizer que o concelho de Portalegre daqui a três ou quatro anos, na vertente desportiva, iria estar aqui ou ali.

Disse ainda que se deveria olhar para o desporto como um ponto de atração turística, que pudesse trazer também algum desenvolvimento económico para o concelho.

Quanto ao desporto motorizado, disse que já que Portalegre tinha todas as condições para ser a capital do desporto aventura, podia-se criar e formar pessoas naquelas modalidades, de forma a serem bem-sucedidas como representantes da cidade, um pouco por todo o país. Questionou o porquê do município não desenvolver diligências para que os portalegrenses possam praticar o todo o terreno noutras terras ou em terrenos baldios sujeitos a diversos perigos.

Concluiu, dizendo que o desporto tinha de ser visto como um investimento e não um encargo. -----

Ricardo Romão, em relação ao relatório, disse que continuava a não haver qualquer vislumbre de estratégia por parte da presidente da Câmara. Perguntou qual era a solução para a incubadora de empresas não tecnológicas, uma vez que já havia projetos executados, mas que ainda não estavam ao serviço da comunidade.

Em relação à questão dos recursos humanos, questionou a presidente da autarquia sobre a notícia do gabinete de comunicação da Câmara, no dia 31 de maio, que referia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que tinham sido contratados mais 11 funcionários, dos quais 4 afetos às escolas e 7 na divisão de obras e ambiente, mas os números não eram coincidentes com os referidos no relatório. -----

Amândio Valente, quanto às questões sociais mencionadas no relatório, perguntou à presidente da Câmara se havia mais ou menos pessoas a serem assistidas e qual a resposta da autarquia.

Na questão do antigo edifício da Sociedade União Operária Portalegrense, perguntou se a obra já estaria concluída e qual a intenção da Câmara para o mesmo. Lembrou que na reunião anterior tinha sido recomendado o nome Jorge Arranhado para aquele edifício, por maioria.

Na questão da educação, perguntou à autarca o que é que tinha sido feito junto da Associação Nacional de Municípios e do Governo para acautelar um justo envelope financeiro que acompanhasse as transferências, no âmbito da descentralização em curso. -----

Carla Mocito, após leitura do relatório, referiu que muitas das situações descritas no mesmo eram “*ipsis verbis*” do anterior. Como exemplo, destacou na página 26, onde era apresentada a situação financeira do município, mas que depois não era refletida nos quadros respetivos. O mesmo acontecia na página 28, na parte da execução orçamental, datada de 20.04.2022, mas que no quadro resumo referia-se a 20.05.2022, pelo que pediu mais rigor e mais atenção na execução de tais documentos.

Mais disse não ter visto referência nenhuma à empreitada da piscina coberta dos Assentos, a qual, à vista desarmada, parecia estar já pronta e com os arranjos exteriores concluídos. Qual era, afinal, o ponto da situação da mesma. -----

A presidente da Câmara, em resposta às diversas questões, começou por dizer que havia um intervalo relativamente curto entre a anterior sessão da Assembleia e a presente. Portanto, não poderia haver alterações substanciais.

Quanto às propostas do PS, referiu que as preces não tinham caído em saco roto. Não foi assumido nenhum “*timing*” para resolver tantas questões.

Em relação ao desporto e juventude, disse já ter sido enviada uma proposta, para ser discutida na próxima semana, com apoios concretos às coletividades e associações que tinham apresentado o convite lançado pelo município, no âmbito do desporto.

Dali a sensivelmente 15 dias também levariam os apoios às associações culturais e desportivas, dentro da capacidade da autarquia.

Quanto aos contratos interadministrativos das juntas de freguesia disse que, dentro dos mesmos, não fazia distinções entre freguesias e reconhecia as dificuldades de cada uma. Todas tinham as suas particularidades, mas também têm tido um contacto próximo com o atual executivo.

Relativamente ao caminho rural de terra batida, na freguesia da Urra, reconhecia que estava degradado, como tinha estado nos outros anos e o município não tinha um equipamento fundamental que era uma moto niveladora, que teria de ser adquirida para resolver inúmeros problemas do género.

Na parte das provas todo o terreno, sublinhou que um dos problemas era o descontentamento dos proprietários rurais que viam os seus caminhos e acessos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

destruídos, sem serem posteriormente arrançados e daí a deslocalização das provas para outros locais.

Em relação aos parques infantis, foram lançados 4 concursos (150.000,00€) para reabilitação dos mesmos, em freguesias distintas, que entenderam ser os que estavam em piores condições. Os parques eram muitos e a maior parte precisa de recuperação, mas não era possível em todos, ao mesmo tempo. -----

Albano Silva perguntou à presidente da Câmara se estava a pensar abrir os parques infantis, mesmo sem a manutenção. -----

A presidente da Câmara disse que existia uma comissão que vistoriava os parques infantis e que não permitia que fossem abertos, sem os mesmos estivessem em condições. Contudo, no parque infantil da Urra iriam resolver a situação com capacidade própria e, dentro do prazo previsto, todas as freguesias ficarão com parques disponíveis para as crianças. Sublinhou que alguns dos parques estavam tão degradados que a substituição e remodelação tinha de ser integral.

Relativamente ao Conselho Municipal da Juventude, referiu que estava em desenvolvimento e eram situações que levavam algum tempo, visto que foram consultadas várias entidades.

Quanto à estratégia. No âmbito desportivo, disse que estava muito visível, porque dentro do pouco tempo de mandato, aquele executivo já teve provas nacionais de grande qualidade como o campeonato de duatlo jovem, do trilho dos reis, do campeonato nacional de karaté, em que o município foi distinguido como melhor organização, da maratona btt, etc. O concelho dava resposta à ambição dos atletas e participantes e sabia acolher a todos. Acrescentou que, a nível do btt, existia um espaço em Vale de Cavalos, que era propriedade da Câmara e que era utilizado por muitos jovens.

O município quer ainda recuperar muitas das infraestruturas desportivas e além dos apoios financeiros tinham também suportado transporte a diversas associações em deslocações para fora. O concurso para o piso sintético do campo de futebol municipal também foi lançado e, portanto, a estratégia passava por todas aquelas situações e estava a ser cumprido o programa eleitoral de quem tinha ganho as eleições e que tinha legitimidade para o fazer.

Em relação à incubadora de base não tecnológica disse haver um protocolo celebrado entre o anterior executivo e o IPP. No entanto, já teve reuniões no sentido de serem abordadas algumas possibilidades, porque o município não tinha total autonomia, a não ser que o IPP abdicasse do espaço.

Quanto à questão dos recursos humanos, disse que no passado dia 31 de maio tinham sido admitidos 11 funcionários: 4 para as escolas e 7 para as obras e ambiente e 1 técnico de desporto. Admitia haver ali umas imprecisões nas páginas 26 e 28, que não estava devidamente atualizada. Os concursos a decorrer era o de assistente operacional/coveiro e o de assistente técnico para a DOPGU. -----

Carla Mocito referiu que, provavelmente, a informação já vinha errada do relatório anterior, pois estava igual. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara esclareceu que tinha a ver com a flexibilidade, não eram dados estáticos e que no período de abril até final de maio houve alguns assistentes que se aposentaram e recorreu-se à reserva de recrutamento para entrarem outras pessoas.—

Jaime Fitas perguntou à presidente da Câmara se a remodelação dos parques infantis, na Urra, iria ter início antes das férias escolares ou depois.-----

A presidente da Câmara disse que no caso do parque da escola do primeiro ciclo, na freguesia de Urra, tratava-se de uma remodelação total, feito de novo e que, provavelmente, só estará pronto em setembro. Relativamente ao outro parque, perto da junta de freguesia, referiu que seria recuperado com meios próprios do município e o arranjo seria dentro de pouco tempo. No de Caia não tinha presente se a intervenção era difícil e onerosa. Não era possível arranjá-los em todas as freguesias.-----

Amândio Valente voltou a questionar a presidente se tinha feito algum contacto com a ANMP, por causa do justo envelope financeiro que acompanharia as transferências, no âmbito da descentralização. Salientou que haviam questões que vão prejudicar a autarquia e que tinham a ver com o número de assistentes que entraram para o quadro da autarquia; a questão da manutenção dos edifícios, bem como a questão da fatura energética que passou do parque escolar para a autarquia.-----

Albano Silva, relativamente ao IPP, disse não ser totalmente verdade que o problema estivesse do lado daquele instituto.-----

A presidente da Câmara sublinhou não ter dito que a “bola” estava do lado do IPP. Estavam em conjunto, a resolver a situação. O IPP referiu não ter tido oportunidade, durante a preparação da candidatura e do decorrer da obra, de participar na solução daquilo que foi feito. Portanto, havia ali uma certa limitação, em relação ao destino. Em relação à descentralização, salientou não ser favorável àquele aceitar de competências, nem reconhece vantagens nos moldes em que o processo estava a decorrer. De qualquer modo a autarquia tinha de fazer o melhor possível, a bem da comunidade escolar. As verbas transferidas pelo Governo eram um problema, mas decorriam conversações com as associações de municípios e todos estavam unidos. Na parte das faturas de energia, o município foi já confrontado com valores muito além dos cálculos iniciais, o que será um grande problema. Havia ainda a questão das refeições escolares, largamente debatidas, que vão gerar um défice enorme se o Governo não reforçar o valor. Por tudo aquilo, sublinhou que, na última reunião do executivo, decidiu não aceitar a proposta de saída do município de Portalegre da Associação Nacional de Municípios, por forma a haver capacidade de reivindicação naqueles tipos de processos. Era preciso não desistir e fazer pressão, a bem de todos. Por último, disse que a piscina dos Assentos estava praticamente pronta. Houve alguns contratemplos técnicos, mas estavam a ultimar a obra, para poder reabrir ao público.----

Diogo Aragonês disse que a pergunta acerca dos portalegrenses não terem um espaço para praticar a modalidade de desporto motorizado não foi respondida pela presidente da Câmara. Reformulou a mesma e atendendo a que Portalegre dispunha do circuito do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

prólogo, na Herdade das Coutadas, onde a equipa oficial da Hyundai veio treinar, e se o espaço era do município porque é que não podia ser usado pelos portalegrenses.

Em relação aos espaços desportivos estarem a ser requalificados, disse que não se tratava propriamente de uma estratégia, mas sim de apoios pontuais. Era necessário olhar para os desportos menos praticados e menos mediáticos.

Perante tal, voltou a perguntar à autarca como é que pretendia mudar aquela realidade, dado que existiam condições demográficas no concelho para tal.

Perguntou ainda se havia algo previsto para a modalidade do *paddle*, visto ser uma modalidade em expansão, mas que continuava sem um espaço próprio, na capital do Alto Alentejo.

Por último, questionou o executivo acerca do ponto da situação no investimento previsto para a prática do ténis.-----

A presidente da Câmara disse novamente que a autarquia estava a trabalhar de perto com as associações, as quais poderiam testemunhar o que vinha a ser feito.

Recordou o trabalho desenvolvido com a Associação de Atletismo; ficou terminado o processo do *cycling*; no *paddle* existia já um protocolo em desenvolvimento com a Associação e a Federação de Ténis, para a construção de um campo para cada modalidade, com um terreno já pensado para o efeito.

Relativamente ao circuito do prólogo disse não poder ser utilizado por todos porque o município arrendou o espaço a um particular, onde o mesmo tinha animais à solta. ----

Albano Silva voltou a questionar se a Câmara tinha, ou não, condições para arranjar o caminho de acesso à Casa da Urra. -----

A presidente da Câmara voltou a responder que as condições não eram as melhores e que se tiverem de contratar uma moto niveladora para o efeito ficaria muito dispendioso. Havia muitos outros caminhos a precisar dum arranjo idêntico. Quem vivia no campo, apesar de ter mais limitações, tinha os mesmos direitos de quem vive na cidade. No entanto, dentro dos meios existentes, disse que tentariam ajudar. -----

O presidente da mesa disse ter iniciado a ordem sem dar conhecimento dum ofício da Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do território, em que o assunto era a avaliação do cumprimento do plano de ordenamento do território do Parque Natural da Serra de S. Mamede e do regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade – Rede Natura 2000, na área abrangida pelo município de Portalegre, o qual passou a ler.-----

2 – Atas nºs. 5 e 6, referentes às reuniões realizadas em 25 e 29 de abril de 2022, respetivamente;

Não houve intervenções a registar.-----

3 – Nomeação de membros da Assembleia para integrarem o Conselho Municipal da Juventude;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presidente da mesa disse haver uma proposta formulada pelo PS, em que nomeavam Ana Sofia Miguéns, como elemento da Assembleia Municipal e, da parte da CDU havia uma autonomação - Amândio Valente. No grupo do PSD-CDS nomearam o membro Francisco Garcia. Perguntou ao grupo da CLIP quem nomeavam.----- Ricardo Romão disse que reiteravam o membro Pedro Ranheta, o qual estava ali presente. Sublinhou que não compreendiam a razão pela qual o mesmo não podia ser nomeado. -----

O presidente da mesa disse que aquela questão já tinha sido discutida na conferência de representantes. -----

Raúl Cordeiro disse que registavam com apreço a intenção prévia do vereador proceder ao pedido de nomeação dos membros daquela Assembleia para que o Conselho Municipal da juventude reunisse no mais breve espaço de tempo possível. No entanto, a formulação correta era aquela que estavam a ter ali: nomear em sede de Assembleia e, posteriormente, reunir o Conselho da Juventude. Para o seu grupo político era claro que quem podia integrar aquele Conselho eram membros eleitos ali, na Assembleia Municipal e consideravam de máxima importância que o Conselho em causa se constituísse definitivamente e reunisse o mais rápido possível. -----

Ricardo Romão disse que a CLIP indicava o membro Adriano Bailadeira. -----

4 – Relatório de Consolidação de Contas de 2021 do Município de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 6.06.2022 -

Amândio Valente disse ter estado a apreciar o parecer do revisor oficial de contas, referente àquele relatório, e, no ponto 1, não lhe foi possível concluir se algum dos eventuais ajustamentos poderiam ter sido identificados, no caso de terem sido mostradas as demonstrações financeiras da Fundação Robinson.

Portanto, tinham o município, os SMAT, mas faltava a fundação, a qual estava na base de uma opinião com reservas.

Sublinhou que aquela era uma parte financeira importante para a Câmara Municipal e, posto aquilo, não iria votar favoravelmente o ponto, sem saber qual o valor a constar no relatório e que impacto poderá ter nas finanças do município. -----

Raúl Cordeiro disse que o PS não podia acompanhar um voto favorável e pareceu-lhe ser a primeira vez que teriam de votar contra um relatório de contas consolidadas. Apesar de ser um instrumento técnico, aquele relatório teve um parecer com reservas, da parte do Revisor, nas questões relacionadas com a inclusão das contas da Fundação Robinson, o que os levava a não estarem confortáveis com o voto favorável, bem como os levava a colocar em questão de qual seria a estratégia para se encontrar uma solução para aquela fundação.

Sublinhou que o PS reclamou durante vários anos, ainda com o anterior executivo, sobre a inclusão das contas da Robinson no perímetro orçamental do município até que, finalmente, tal aconteceu. Era uma obrigação legal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Reforçou que era muito importante haver uma estratégia para a Fundação Robinson, porque quanto mais tempo passava, mais o problema se agravava e maior será a dívida. Quando se tiver de extinguir a fundação Robinson e absorver tudo de bom e de mau que a mesma tinha, pior será quanto mais tempo decorrer.-----

A Presidente da Câmara, relativamente àquela matéria, disse que o parecer dos revisores de contas era idêntico ao do ano passado. Esclareceu que o último conselho diretivo da Fundação Robinson tinha tomado posse a 23.09.2019 e, de acordo com os estatutos, os contratos eram de cinco anos e, portanto, ainda deveriam estar em funções. O conselho de curadores foi eleito em 2018 e as contas de 2019 já não tinham sido aprovadas, nem ratificadas pelos órgãos competentes. Portanto, o relatório do ano anterior também já tinha reservas. Recordou que assumiu funções em outubro do ano passado e havia ali a responsabilidade de não terem conseguido arranjar uma solução para a Fundação Robinson naqueles três meses. Tal feito também não foi conseguido em muitos anos para trás.

No entanto, estavam a mexer no dossiê e já tinham praticamente apurada a fatura que o município teria de pagar em relação à Robinson. Eram valores muito avultados e tinham sido da responsabilidade de alguns intervenientes, dos quais não fez parte.

Salientou que aquelas reservas dos revisores que ali estavam expressas nas contas já tinham ocorrido nos anos anteriores.

Portanto, tinham de ser apuradas todas as responsabilidades para se procurar uma solução para a Fundação Robinson. Contudo, sabia que iria ser penalizadora e castigadora para o município e para os portalegrenses.

Esperava que existisse um conselho de curadores e que, com um executivo novo, os responsáveis que dirigiram a fundação até há pouco tempo e que, entretanto, se demitiram, fossem apresentar alguns números e passar a pasta ao executivo.

Sublinhou que absolutamente ninguém tinha passado a “Pasta Robinson”, já que se trata de um assunto tão delicado e com problemas graves que tinha.

Disse ainda já ter abordado aquele assunto em reunião de Câmara e também achava que deveria haver um consenso político para se poder resolver.

Têm recolhido dados e as únicas notícias que lhe têm chegado são as notificações dos bancos e dos credores.-----

Ricardo Romão disse que no relatório do ano anterior não conseguia encontrar mencionadas as mesmas reservas, por parte dos revisores de contas.

Em relação à Fundação Robinson é necessária uma estratégia, conforme foi ali dito, e parecia-lhe que a estratégia da atual presidente era, sistematicamente, o mesmo: apontar o dedo a toda a gente, desde o conselho de administração e ao de curadores, inexistentes. No entanto, como era sabido, a presidente da Câmara Municipal era também a presidente do conselho de curadores, por inerência e, desde que a mesma tinha tomado posse, ainda não houve nada que levasse a que fosse iniciado qualquer processo.

Sublinhou que quem assumia as responsabilidades nos organismos públicos tinha de lidar com o que de bom e de menos bom existia nos mesmos.

Não achava que tivesse havido, nos últimos vinte anos, o passar da pasta dos problemas daquela fundação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Em conclusão, a CLIP tinha levado uma proposta de estratégia para a Fundação Robinson, a qual poderia ser uma base de partida, que até podia ser revista, mas era preciso discutir o assunto e encará-lo como um dos problemas de longa data.-----

A presidente da Câmara disse que até podia ser responsabilizada de ter adiado aquele problema durante 8 meses. No entanto, o que se diria de o ter adiado anos e anos.-----
Raúl Cordeiro disse que o PS estava disponível para ser parte da solução para a Fundação Robinson, como sempre tinha estado. Salientou o facto de terem sido dos primeiros a dizer que a melhor solução seria a extinção da mesma, absorvendo o que havia de bom e de mau.-----

5 – Análise do Relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

O presidente da mesa disse que aquele ponto tinha ido a discussão na última Assembleia e um elemento do PS achou pertinente a apresentação do relatório pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, para melhor compreensão dos dados. Foi convidada a presidente da CPCJ, Maria do Céu Frutuoso, a quem passou a palavra, depois de interromper os trabalhos e recordou que o mesmo já foi deliberado.-----

Amândio Valente solicitou à mesa se podia colocar uma questão ao PSD, em relação à moção que apresentaram, no intuito de saberem se mantinham a palavra Sistema Nacional de Saúde ou Serviço Nacional de Saúde.-----

Filipa Viegas disse que mudavam para Serviço Nacional de Saúde.-----

O presidente da mesa interrompeu os trabalhos.

A presidente da CPCJ, Maria do Céu Frutuoso cumprimentou os presentes e agradeceu o convite formulado pela Assembleia Municipal.
Seguiu-se uma súmula do relatório de atividades, sublinhando o facto de o mesmo não ser feito por aquela comissão, propriamente dita.
Prestou os esclarecimentos devidos às questões colocadas.-----

Recomeço dos trabalhos.

Deliberações:

Recomendação – PS (Lúcia Oliveira) - Educação para a menstruação e acesso gratuito a produtos de higiene menstrual:

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a recomendação.-----

Declaração de voto – PPD/PSD – CDS/PP (Patrícia Cardoso)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

“O Grupo Municipal do PSD-CDS declara que o voto favorável à recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PS, sobre a Educação para a Menstruação e Acesso Gratuito a Produtos de Higiene Menstrual, se baseia na pertinência dos fundamentos da Recomendação e os benefícios que poderão existir para as jovens do Concelho. No entanto, salienta-se que a responsabilidade financeira dos cuidados de saúde primários cabe ao estado central e não aos municípios, pelo que, os custos associados a esta recomendação não deverão ser assumidos pelo Município de Portalegre.”

Moção – CDU (Amândio Valente) - Encerramento dos internatos distritais de Santo António e de Nossa Senhora da Conceição:

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com onze votos favoráveis, oito abstenções e nove votos contra, aprovar a Moção em apreço. -----

Declaração de voto – CLIP (Ricardo Romão)

“Somos solidários com as preocupações centrais da moção, nomeadamente o encerramento das instituições com grande importância para a comunidade de Portalegre.

Não temos a certeza que, e agora cito: “...promovendo o regresso à esfera do Estado.”; fim de citação: “...a gestão seja mais eficiente e capaz do que a participação de IPSS com valências no âmbito em questão.”

Declaração de voto – PPD/PSD – CDS/PP (Patrícia Cardoso)

“O Grupo Municipal do PSD-CDS declara que o voto favorável à moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, relativa ao encerramento dos Internatos Distritais de Santo António e de Nossa Senhora da Conceição, se baseia na pertinência dos fundamentos da mesma. No entanto, o Grupo Municipal do PSD-CDS considera que as alternativas ao encerramento definitivo das Instituições consideradas poderão e deverão ser ponderadas de acordo com os normativos legais, não descurando as parcerias com Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho.”

Moção – PPD/PSD – CDS/PP (Filipa Viegas) - Contra o encerramento da urgência de obstetrícia e ginecologia do Hospital Dr. José Maria Grande, em Portalegre:

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dez votos favoráveis e dezoito voto contra, rejeitar a presente Moção.

Declaração de voto – CLIP (Ricardo Romão)

“Entendemos que a moção apresentada pelo grupo municipal PSD/CDS pretende ser apenas o censurar do Governo pelas falhas presentes nos serviços de urgência dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

serviços do Hospital Dr. José Maria Grande. Julgamos que o problema é bem mais vasto e não pontual e carece de uma estratégia concertada, onde a Câmara Municipal de Portalegre pode ser um facilitador e um parceiro.

A moção não apresenta propostas concretas e reduz-se a um arremesso político que em nada contribui para a resolução efetiva do problema.”

2 – Atas n.ºs. 5 e 6, referentes às reuniões realizadas em 25 e 29 de abril de 2022, respetivamente;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com seis abstenções e vinte dois votos favoráveis, aprovar a ata n.º 5.

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro abstenções e vinte e quatro votos favoráveis, aprovar a ata n.º 6.

4 – Relatório de Consolidação de Contas de 2021 do Município de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 6.06.2022 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com nove votos contra, oito abstenções e onze votos favoráveis, aprovar o ponto. -----

Aprovação em minuta:

O presidente da mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

FALTAS: Não houve faltas a registar. -----

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo presidente da mesa, encerrada a 5.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 00:05 do dia dezoito de junho do ano de dois mil e vinte e dois e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)